

Jornal da Tarde

Bancos escondem o custo total dos empréstimos

Além de juros, outras taxas que entram no cálculo das prestações nem sempre são informadas, o que dificulta a comparação

Marcos Burghi, marcos.burghi@grupoestado.com.br

Apesar da obrigatoriedade, os bancos relutam em informar as taxas de Custo Efetivo Total (CET) na concessão de crédito aos consumidores, limitando-se apenas aos juros. A constatação é do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), que simulou em dez bancos a contratação de um empréstimo de R\$ 300 para pagamento em seis meses.

Ione Amorim, economista do Idec, lembra que, na prática, a falta de informação completa pode induzir o consumidor a contratar, sem saber, um empréstimo ou outra operação de crédito por um custo maior, o que deixa o financiamento mais caro. “Às vezes, os juros podem ser menores, mas os demais encargos encarecem o empréstimo.”

Das instituições consultadas, revela o estudo, apenas o Itaú informou a CET espontaneamente. O resultado foi divulgado na edição de abril de uma de suas publicações. O CET é formado pelos juros mais as tarifas que cada instituição cobra para a efetivação da operação financeira, como taxa de abertura de crédito, seguro pela concessão do crédito, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e avaliação cadastral, entre outras.

De acordo com resolução do Banco Central (BC), em vigor desde março de 2008, bancos e estabelecimentos comerciais devem informar o custo total das operações de crédito e não apenas as taxas de juros.

Segundo Ione Amorim, é fundamental que o consumidor saiba o custo total antes de contratar o empréstimo porque só assim poderá analisar cada oferta e tomar a melhor decisão.

A pesquisa realizada pelo Idec mostra que nem sempre a relação juro menor/CET menor prevalece. O resultado revelou, por exemplo, que embora o Santander oferecesse um juro menor do que alguns concorrentes, o custo total final era maior, consequência de outras tarifas cobradas pela instituição. Pelos R\$ 300, ao final de seis meses o tomador do crédito teria desembolsado R\$ 439,80 ante R\$ 379,50 cobrados pelo Itaú, que tinha taxa de juro maior.

Na opinião de Alexandre Assaf, professor da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e diretor do **Instituto Assaf** de economia, bancos não têm interesse em detalhar os custos de suas operações para que o consumidor não saiba quem está cobrando mais caro. Ele afirma, ainda, que muitas vezes os próprios funcionários da instituição não estão informados o suficiente e acabam reproduzindo o que está nos prospectos de divulgação ou na tela do computador.

Ele ressalta que, ainda que saibam a taxa do custo total, muitos consumidores não conhecem o mecanismo da conta para cálculo do valor que irão pagar. Assim, o economista recomenda que o consumidor defina o montante do empréstimo e o prazo no qual pretende pagar, pesquise entre os bancos e compare o valor que será solicitado e o total que será pago somando-se as prestações. “Dessa forma é possível avaliar o custo total”, ensina.

Assaf sugere que quem não tem familiaridade com contas procure o banco acompanhado de

uma pessoa de confiança que possa ajudar na análise e na negociação.

Assim como editou a resolução que traz a obrigatoriedade da informação da CET, o BC também é o órgão responsável por fiscalizar o cumprimento da regra. Procurado pela reportagem, o BC não se manifestou sobre o assunto, tampouco sobre as sanções que podem ser aplicadas aos infratores.

Ione Amorim observou que a pesquisa, realizada nos primeiros dias de março, foi encaminhada ao BC no dia 6 de março. A resposta deveria ser dada até 6 de abril, mas o órgão pediu prorrogação do prazo para investigação em mais 30 dias. Desse modo, diz Ione Amorim, o Idec espera que a resposta chegue até 6 de maio.

'Comparar o valor solicitado com o total a ser pago no prazo definido em vários bancos é a forma mais simples de conhecer o custo total do empréstimo'

ALEXANDRE ASSAF
ECONOMISTA



Digital Assessoria
Comunicação Integrada